



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escola que forma e informa*

**Nº 837 – 08 de outubro de 2025**

**Abrangência: 27/09/2025 a 03/10/2025**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.636	DOU; 30/09/2025	Regulamenta a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, que institui pensão especial aos filhos e aos dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio.	<a href="#">Dec. 12.636</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.644	DOU; 30/09/2025	Institui a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico para o período de 2025 a 2030.	<a href="#">Dec. 12.644</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.220	DOU; 29/09/2025	Altera a Lei n. 13.257, de 8.3.2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para criar sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância.	<a href="#">Lei 15.220</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.222	DOU; 30/09/2025	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.	<a href="#">Lei 15.222</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.229	DOU; 03/10/2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência procede-se mediante ação penal pública incondicionada.	<a href="#">Lei 15.229</a> (Site da Presidência da República)

LEI Nº 15.230	DOU; 03/10/2025	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para disciplinar a aferição da idade de elegibilidade e para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.	<a href="#">Lei 15.230</a> (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 218	DOU; 30/09/2025	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para modificar prazos de duração e de fixação dos termos iniciais e finais de contagem de inelegibilidades, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para prever a criação do Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE).	<a href="#">Lei Compl. 219</a> (Site da Presidência da República)

### ATOS NORMATIVOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 507	DOU; 01/10/2025	Aprova o Manual de Penalidades do Pix.	<a href="#">Res. 507</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 890	DJE/STF; 29/09/2025	Institui o Centro de Estudos Constitucionais do Supremo Tribunal Federal (CESTF), com a finalidade de promover a pesquisa, a formação, a publicação e a difusão de conhecimento acadêmico no campo do Direito, realizando estudos, estabelecendo linhas de pesquisa e ampliando a cooperação nacional e internacional.	<a href="#">Res. 890</a> (Site do STF)
SÚMULA VINCULANTE Nº 63	DJE/STF; 01/10/2025	O tribunal pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante: "O tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) não configura crime hediondo, afastando-se a aplicação dos parâmetros mais rigorosos de progressão de regime e de livramento condicional".	<a href="#">Súmula Vinculante 63</a> (Site do STF)

### ATOS NORMATIVOS DA DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 189	DJE/STF; 01/10/2025	Divulga os feriados e estabelece os dias de ponto facultativo de janeiro de 2026 a setembro de 2027 no Supremo Tribunal Federal.	<a href="#">Port. 189</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 274	DJE/CNJ; 29/09/2025	Institui a Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Port. 274</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 284	DJE/CNJ; 30/09/2025	Estabelece a Política de Governança e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Port. 284</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 322	DJE/CNJ; 01/10/2025	Institui o Observatório Nacional da Integridade e Transparência do Poder Judiciário.	<a href="#">Port. 322</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 325	DJE/CNJ; 01/10/2025	Estabelece o Regulamento do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias.	<a href="#">Port. 325</a> (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 165	DJE/CNJ; 29/09/2025	Recomenda a adoção de medidas coordenadas para o tratamento adequado dos litígios massificados decorrentes de descontos associativos eventualmente não autorizados em benefícios previdenciários e para a prevenção de fraudes.	<a href="#">Recom. 165</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 646	DJE/CNJ; 29/09/2025	Institui o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário.	<a href="#">Res. 646</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 647	DJE/CNJ; 29/09/2025	Dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Res. 647</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 648	DJE/CNJ; 29/09/2025	Altera a Resolução CNJ nº 453/2022, que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.	<a href="#">Res. 648</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 649	DJE/CNJ; 29/09/2025	Disciplina a organização, as competências e o funcionamento da Ouvidoria Nacional da Mulher no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Res. 649</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 650	DJE/CNJ; 30/09/2025	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o exercício da docência pelos integrantes da magistratura nacional e a participação de magistrados em eventos.	<a href="#">Res. 650</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 651	DJE/CNJ; 30/09/2025 e 01/10/2025 ( <i>Republicação</i> )	Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.	<a href="#">Res. 651</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 652	DJE/CNJ; 29/09/2025	Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de Benefício e Despesas Indiretas (BDI), critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - Os requisitos para as locações sob medida (builttosuit) no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Res. 652</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 38	DJE/CNJ; 29/09/2025	Regulamenta a Rede de Governança do Poder Judiciário para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.	<a href="#">Port. 38</a> (Site do CNJ)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 49.105	Minas Gerais; 27/09/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	<a href="#">Dec. 49.105</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.106	Minas Gerais; 27/09/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	<a href="#">Dec. 49.106</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.107	Minas Gerais; 01/10/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	<a href="#">Dec. 49.107</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.502	Minas Gerais; 01/10/2025	Acrescenta dispositivos ao art. 4º da Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos.	<a href="#">Lei 25.502</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.504	Minas Gerais; 01/10/2025	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 22.461, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre direitos e deveres dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual.	<a href="#">Lei 25.504</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.505	Minas Gerais; 01/10/2025	Acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 22.422, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.	<a href="#">Lei 25.505</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.508	Minas Gerais; 01/10/2025	Veda a nomeação para cargo em comissão e função de confiança no Estado de pessoa condenada por crime contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.	<a href="#">Lei 25.508</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.509	Minas Gerais; 02/10/2025	Institui a política de incentivo à instalação de fossas sépticas biodigestoras nas áreas rurais do Estado.	<a href="#">Lei 25.509</a> (Site da ALMG)

LEI Nº 25.510	Minas Gerais; 02//10/2025	Acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 22.422, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.	<a href="#">Lei 25.510</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.513	Minas Gerais; 02//10/2025	Acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	<a href="#">Lei 25.513</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.514	Minas Gerais; 02//10/2025	Acrescenta artigo à Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o atendimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema estadual de educação.	<a href="#">Lei 25.514</a> (Site da ALMG)

### ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 10	Minas Gerais; 30/09/2025	Dispõe sobre a criação do Grupo de Intervenção Estratégica de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GIE-VD).	<a href="#">Res. Conj. 10</a> (Site do CNJ)

### LEGISLAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 11.904	D.O.M.; 02/10/2025	Autoriza o Executivo a fornecer o sensor de monitoramento contínuo de glicose aos pacientes com diabetes tipo 1.	<a href="#">Lei 11.904</a> (Site da PBH)

### ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.417	DJE 01/10/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.645, de 5 de julho de 2024, que "Designa desembargadores para o exercício de Superintendências no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 7.417</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.418	DJE 01/10/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.697, de 31 de julho de 2024, que "Designa integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV".	<a href="#">Port. 7.418</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.419	DJE 01/10/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.925, de 6 de novembro de 2024, que "Institui a Comissão de Equidade de Gênero do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 7.419</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.420	DJE 02/10/2025	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Port. 7.420</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.421	DJE 02/10/2025	Constitui comissão para promover o inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria, das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos relativos ao exercício financeiro de 2025.	<a href="#">Port. 7.421</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.725	DJE 29/09/2025	Dispõe sobre as datas-limite e as atividades necessárias ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativas ao exercício de 2025.	<a href="#">Port. Conj. 1.725</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.726	DJE 30/09/2025	Institui a Política Judiciária de Proteção Integral da Infância e da Juventude e cria o Programa Travessias Jurídicas pela Infância e Juventude no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.726</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.727	DJE 30/09/2025	Dispõe sobre o Banco de Questões da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJ utilizadas em processos seletivos públicos para a função de Juiz Leigo.	<a href="#">Port. Conj. 1.727</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PORTARIA Nº 7	DJE 02/10/2025 (Republicação)	Altera a Portaria da 1ª Vice-Presidência 0096/2024 de 22 de julho de 2024 que "Delega competências ao juiz auxiliar da 1º Vice-Presidência para anuir com as atividades administrativas da Superintendência Judiciária".	<a href="#">Port. 7</a> (Site do TJMG)
---------------	-------------------------------------	--	---

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 8.578 (EXTRATO)	DJE 29/09/2025	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	<a href="#">Port. 8.578</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.580	DJE 30/09/2025	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Juiz de Fora para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	<a href="#">Port. 8.580</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.581	DJE 03/10/2025	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Ipanema.	<a href="#">Port. 8.581</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.582	DJE 30/09/2025	Designa responsável para responder interinamente pelo 10º Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.	<a href="#">Port. 8.582</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.583	DJE; 01/10/2025	Institui, na Comarca de Belo Horizonte, o projeto-piloto “Secretarias Unificadas das Varas Criminais”.	<a href="#">Port. 8.583</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.584	DJE; 01/10/2025	Prorroga o prazo do projeto-piloto “Secretaria Unificada das Varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte”, instituído pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.194, de 24 de outubro de 2024, e acresce dispositivo ao ato.	<a href="#">Port. 8.584</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.585	DJE; 01/10/2025	Prorroga o prazo do projeto-piloto “Secretaria Unificada das Varas de Feitos Tributários Municipal”, instituído na Comarca de Belo Horizonte pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.448, de 9 de junho de 2025.	<a href="#">Port. 8.585</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.587	DJE 03/10/2025	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nas 8ª e 10ª Varas Cíveis e na 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Uberlândia, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 8.587</a> (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 154	DJE 02/10/2025	Dispõe sobre a utilização do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP 3.0 no âmbito das Polícias Civil e Penal do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Prov. Conj. 154</a> (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 155	DJE 02/10/2025	Revoga o art. 2º do Provimento Conjunto nº 132, de 18 de janeiro de 2024, que "Dispõe sobre a necessidade de expedição de mandado de prisão para o recolhimento ao cárcere de pessoa foragida de estabelecimento prisional ou em descumprimento de monitoração eletrônica".	<a href="#">Prov. Conj. 155</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*  
Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*